

## COOPERATIVISMO E INCLUSÃO SOCIAL: O CASO DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS NO SUL DO BRASIL

## COOPERATIVISM AND SOCIAL INCLUSION: THE CASE OF INSTITUTIONAL MARKETS IN SOUTHERN BRAZIL

## COOPERATIVISMO E INCLUSIÓN SOCIAL: EL CASO DE LOS MERCADOS INSTITUCIONALES EN EL SUR DE BRASIL

Danielle Farias da Silveira<sup>1</sup>  
Flávio Sacco dos Anjos<sup>2</sup>

### RESUMO

Foi no interior do Rio Grande do Sul que surgiram as primeiras cooperativas do Brasil. Não obstante, é também nesse estado que se assiste à emergência das cooperativas empresariais, organizações econômicas que se agigantaram, durante as décadas de 1960 e 1980, graças aos generosos subsídios do Estado autoritário (1964-1985). A crise econômica desencadeada durante e depois dos anos 1980 – a década perdida – abalou os fundamentos do cooperativismo empresarial e os princípios desta doutrina econômica e social. O presente artigo se debruça sobre uma realidade completamente distinta, qual seja, a de pequenas cooperativas de agricultura familiar situadas no extremo meridional do Brasil cujo surgimento está inextricavelmente ligado à implantação das políticas de segurança alimentar, mormente pelas compras institucionais capitaneadas por entes públicos, a exemplo do Restaurante-Escola da Universidade Federal de Pelotas. Tal sistema se mostra eficiente tanto do ponto de vista de assegurar o atendimento da demanda como no sentido de promover a inclusão social das famílias rurais que integram o quadro social das cooperativas. Todavia, tal processo é interrompido por força das imposições burocráticas dos órgãos federais de controle, fato que gera incertezas e desalento para os atores implicados nesse processo. Entrementes, resta o reconhecimento sobre as virtudes do cooperativismo como caminho para conciliar desenvolvimento econômico com justiça social e de incentivar a inovação, a aprendizagem e a convergência em torno a interesses e objetivos comuns. O objetivo do artigo é fazer uma reflexão sobre essa experiência à luz da realidade concreta. Tal aproximação se deu a partir de metodologia qualitativa cuja ênfase foram entrevistas com roteiro semiestruturado aplicadas junto a diversos atores sociais, especialmente de lideranças e produtores que atuam nas cooperativas ligadas aos mercados institucionais.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar. Agricultura familiar. Cooperativismo. Mercados Institucionais.

<sup>1</sup>Agrônoma, Mestre em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (2020). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0781-7091>. E-mail: [danisilveiraf@gmail.com](mailto:danisilveiraf@gmail.com)

<sup>2</sup>Agrônomo, Doutor em Sociologia pela Universidade de Córdoba, Espanha (2000), Professor Titular da Universidade Federal de Pelotas, no Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0582-7627>. E-mail: [saccodosanjos@gmail.com](mailto:saccodosanjos@gmail.com).

## ABSTRACT

It was in the interior of Rio Grande do Sul that Brazil's first cooperatives emerged. However, it was also in this state that the emergence of business cooperatives, economic organizations that grew during the 1960s and 1980s, thanks to the generous subsidies of the authoritarian state (1964-1985), is witnessing. The economic crisis unleashed during and after the 1980s - the lost decade - shook the foundations of business cooperativism and the principles of this economic and social doctrine. This article focuses on a completely different reality, namely, that of small family farming cooperatives located in the southern tip of Brazil whose emergence is inextricably linked to the implementation of food security policies, especially through institutional purchases led by public entities, example of the School-Restaurant of the Federal University of Pelotas. Such a system proves to be efficient both from the point of view of ensuring that demand is met and of promoting the social inclusion of rural families that are part of the cooperatives' membership. However, this process is interrupted due to the bureaucratic impositions of the federal control bodies, a fact that generates uncertainty and discouragement for the actors involved in this process. Meanwhile, there remains recognition of the virtues of cooperativism as a way to reconcile economic development with social justice and to encourage innovation, learning and convergence around common interests and goals. The aim of the article is to reflect on this experience in the light of concrete reality. This approach was based on a qualitative methodology whose emphasis was in depth interviews with a semi-structured script applied to various social actors, especially leaders and producers who work in cooperatives linked to institutional markets.

**Keywords:** Food security. Family farming. Cooperativism. Institutional Markets.

## RESUMEN

Fue en el interior de Rio Grande do Sul que surgieron las primeras cooperativas de Brasil. Sin embargo, es también en este estado brasileño que se asiste a la emergencia de las cooperativas empresariales, unas estructuras económicas que se agigantaron durante las décadas de 1960 y 1980 a raíz de las generosas subvenciones del Estado autoritario (1964-1985). La crisis económica acaecida durante y después de los años 1980- la llamada década perdida – afectó los fundamentos del cooperativismo empresarial y los pilares elementares de esta doctrina económica y social. El presente artículo aborda una realidad completamente distinta, cual sea, la de pequeñas cooperativas de agricultura familiar ubicadas en el extremo meridional cuya aparición está ligada a la implantación de políticas de seguridad alimentaria, sobre todo a través de las compras institucionales capitaneadas por entes públicos, sobre todo de los comedores de la Universidade Federal de Pelotas. Tal sistema se mostró eficiente tanto del punto de vista de atender la demanda como de promover la inclusión social de las familias que integran el cuadro social de las cooperativas. Sin embargo, tal ciclo se interrumpe a causa de las imposiciones burocráticas de los órganos de control, hecho que causa incertidumbre y desaliento para los actores implicados en este proceso. Todavía, resta la convicción sobre las virtudes del cooperativismo como camino para conciliar desarrollo económico y justicia social, así como para generar innovación, aprendizaje y convergencia en torno a intereses y objetivos comunes. El objetivo del artículo ha sido reflexionar sobre dicha experiencia bajo la perspectiva de la realidad concreta. Tal aproximación se dio a partir de metodología cualitativa, cuya énfasis recae sobre entrevistas en profundidad y guión semiestructurado aplicadas junto a diversos

actores sociales, especialmente junto a dirigentes y productores que actuan en las cooperativas ligadas a los mercados institucionales.

**Palabras-clave:** Seguridad alimentaria. Agricultura familiar. Cooperativismo. Mercados Institucionales.

**Como citar este artigo:** SILVEIRA, Danielle Farias da; ANJOS, Flávio Sacco dos. Cooperativismo e inclusão social: o caso dos mercados institucionais no Sul do Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 91-109, 31 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12.3547>

**Artigo recebido em:** 08/02/2021

**Artigo aprovado em:** 10/08/2021

**Artigo publicado em:** 31/03/2022

## 1 INTRODUÇÃO

Símbolo universal da morte e do renascimento, Fênix, a célebre ave da mitologia etíope, é seguramente uma metáfora adequada para expressar os avatares da filosofia cooperativista no último século e meio da história da humanidade. Do marco fundamental, erguido em 1844 pelos 28 tecelões de Rochdale, aos dias atuais, há um longo caminho marcado pela alternância de momentos contraditórios. De um lado, o entusiasmo de coletividades que encontraram, na união de esforços e compromissos mútuos, uma solução profícua às mais diversas dificuldades e à satisfação de suas necessidades básicas. No extremo oposto, o descrédito que surge quando a erosão de seus princípios e as mais diversas vicissitudes (econômicas, políticas, etc.) levam à ruína pequenas, médias e grandes cooperativas distribuídas por todo o planeta.

A cooperativa dos tecelões de Rochdale tinha por objetivo reduzir o custo de aquisição de artigos de primeira necessidade e repassá-los aos seus associados no período que coincide com a revolução industrial, quando a precariedade das condições de existência do proletariado inglês era mais que evidente. Era, portanto, uma cooperativa de consumo. Passados mais de 170 anos tem-se notícia da emergência de instituições do gênero que cumprem os mais diversos tipos de propósitos: cooperativas de produção, crédito, eletrificação, habitação, de profissionais liberais, de prestação de serviços, etc.

A pesquisa que ensejou a realização deste artigo foi realizada no extremo sul do Brasil, mais precisamente em municípios da chamada Serra dos Tapes, onde estabelecimentos de agricultura familiar se dedicam à geração de produtos destinados aos chamados mercados institucionais, incluindo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de alimentos (PAA)

A hipótese de que partimos, ao realizar a investigação, foi de que a criação dos mercados institucionais acabou por criar um ambiente favorável para processos de cooperação no contexto da agricultura familiar, tanto no sentido de promover o surgimento de pequenas cooperativas como de fortalecer a atuação das que, à época, já existiam nessa região do país.

Os dados que serão apresentados e debatidos fazem parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida entre os anos 2018 e 2020 através da realização de um trabalho de campo que envolveu o levantamento de dados primários junto a órgãos oficiais, bem como a realização de entrevistas (18) em profundidade com roteiro semiestruturado junto a diversos atores sociais, incluindo agricultores e agricultoras familiares, representantes de cooperativas, da agência oficial de extensão rural, de empresas públicas e de organizações não-governamentais.

A produção hortifrutícola das cooperativas passa a suprir, em larga medida, a demanda dos refeitórios das forças armadas (Marinha e Exército), das escolas públicas e da Universidade Federal de Pelotas. Nesse sentido, vale indagar: Qual a importância destes mercados para a atuação das cooperativas? A garantia de comercialização da produção dos cooperados através destes programas trouxe benefícios a estas instituições? Os depoimentos de nossos entrevistados foram organizados em categorias analíticas construídas a posteriori, as quais serviram de base para inferir a partir das falas dos atores sociais com o intuito de encontrar respostas a estas e a outras questões.

Este artigo está organizado, além desta introdução, em quatro seções. A primeira delas apresenta um quadro geral sobre a questão do cooperativismo agrícola no Rio Grande do Sul. A segunda seção reúne alguns dados sobre a situação da agricultura familiar em municípios da Serra dos Tapes, bem como do cooperativismo dessa região gaúcha. É na terceira seção que abordaremos o tema dos mercados institucionais e suas interfaces com a questão do cooperativismo. A quarta e última seção traz algumas conclusões e as considerações finais deste estudo.

## 2 O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é considerado o “berço do cooperativismo brasileiro” (TAMBARÁ, 1983, p.52) por ser a unidade da federação onde surgiram as primeiras experiências do gênero no país. A primeira delas foi erguida no município de Nova Petrópolis por iniciativa do padre jesuíta suíço Teodoro Amstad em 1902, eclodindo, a partir de então, diversas iniciativas idênticas na zona de colonização germânica situada ao norte da capital gaúcha<sup>3</sup>.

Amstad dedicou-se à criação do que à época se conhecia como caixas rurais tipo “Raiffeisen”, que nada mais eram que cooperativas de crédito destinadas a conceder empréstimos para famílias de colonos católicos alemães através do sistema de crédito rotativo. Em 1940 havia cerca de 40 unidades do gênero no Rio Grande do Sul, as quais permitiram com que seus sócios pudessem adquirir mais terras, máquinas, construir engenhos, atafonas, etc., numa quadra da história em que as famílias enfrentavam grandes desafios e adversidades.

A segunda experiência do gênero corresponde às cooperativas de produção fundadas pelo Dr. Di Stefano Paternó, político e advogado italiano que desembarcou em solo gaúcho em 1911, havendo sido contratado pelo governo estadual para disseminar a filosofia cooperativista

---

<sup>3</sup> Existe certa controvérsia sobre o surgimento do cooperativismo no Brasil, havendo trabalhos (PINHO, 2004; SOUZA, 2009) que consideram que, de fato, a primeira experiência cooperativista brasileira, nos moldes *rochaleanos*, teria sido a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (MG).

e edificar cooperativas nas colônias de origem italiana, dedicadas especialmente à produção de vinho, banha suína, laticínios, madeira, erva-mate, etc.

O caso do vinho é emblemático sobretudo porque o setor sofria os efeitos da adulteração que ocorria nas cidades onde tal produto era comercializado. Paternó foi responsável pela fundação de vinícolas em Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Alfredo Chaves e Guaporé, bem como das chamadas “leitarias sociais”. Criou, inclusive, serrarias em Alfredo Chaves que exportavam sua produção para fora do país. A atuação de Paternó, como destaca Tambará (1983), ocorre no período compreendido entre 1911 e 1913. Todavia, tais projetos fracassaram em virtude de vários fatores, sobretudo da inexperiência administrativa, da desonestidade de alguns dirigentes e das sucessivas crises econômicas.

O balanço que faz Tambará a respeito dessa primeira fase do cooperativismo no Rio Grande do Sul é apresentado nos seguintes termos:

Assim, de 1914 a 1929 observa-se no estado um grande silêncio no que diz respeito às atividades associativas de cunho cooperativista. Raras são as comunidades rurais que se arrojavam a investir neste tipo de empreendimento. Este período parecia estar destinado a curar as feridas provocadas pelo desastre dos movimentos cooperativistas fracassados (TAMBARÁ, 1983, p.55)

Entretanto, no período subsequente (décadas de 1930 e 1940) os ideais cooperativistas são retomados pela própria necessidade de organização dos produtores frente aos desafios que se apresentam a partir da ascensão de Vargas ao poder e da ênfase dada à criação de um mercado integrado em nível nacional.

O certo é que o cooperativismo sobreviveu aos mais diversos regimes políticos, metamorfoseando-se e servindo aos mais diversos propósitos. No Sul do Brasil, durante os anos 1960 e 1970, no auge da revolução verde, o cooperativismo é visto como o braço de penetração do capitalismo no campo (TAMBARÁ, 1983, p.56) e instrumento de afirmação do modelo agroindustrial-exportador (MEDEIROS, 1995). No Rio Grande do Sul esse processo aparece associado ao apogeu e decadência do “cooperativismo empresarial”, magistralmente descrito nos estudos de Benetti (1985; 1992) e Leclerc (1988).

As cooperativas empresariais são uma das faces visíveis da consolidação do complexo agroindustrial brasileiro, que representa a fusão do capital comercial, industrial, agrário e financeiro. Nesse contexto, como bem ressaltou Coradini,

O cooperativismo empresarialmente desenvolvido participa do padrão de acumulação como sócio-subordinado e com lugar definido no movimento geral de acumulação e reprodução, a exemplo do capital privado nacional, possibilitando sua rápida expansão e mesmo integração vertical em determinados setores (CORADINI, 1981, p. 64)

Tais abordagens mostram que as megacooperativas gaúchas chegaram a tal condição durante os anos dourados do binômio trigo-soja, um sistema de rotação de culturas praticado pelos produtores agrícolas, cuja ênfase era rentabilizar o uso dos fatores de produção (terra, capital e trabalho). Tal sistema de exploração se consolida *pari passu* com a extraordinária ampliação da capacidade de armazenamento e de processamento de grãos, bem como de um ingente processo de acumulação de capital. As estruturas cooperativas chegaram a essa

condição graças aos generosos incentivos (fiscais e creditícios) concedidos pelo Estado durante os anos da ditadura militar (1964-1985).

A análise de Tambará sobre esse período, visto como auge do cooperativismo empresarial no estado do Rio Grande do Sul, não deixa dúvidas acerca do aqui se busca aqui retratar. Segundo suas próprias palavras:

[...] a expansão do sistema cooperativista no Rio Grande do Sul é impressionante. Este sistema está alastrando-se a todos os setores da produção e, particularmente, no setor agrícola, observa-se que sua participação vai desde a comercialização do produto até a produção de insumos, industrialização e comercialização de matéria-prima, colonização, supermercados, farmácias. Isto é, a cooperativa está constituindo-se na instituição na qual desaguam e são equacionados todos os problemas de seus associados (TAMBARÁ, 1983, p.56-57).

Prova cabal do poderio alcançado pelas megacooperativas se reflete no caso da Centralsul (Central Cooperativa de Produtores Rurais do RS Ltda.) que chegou ao paroxismo de criar uma estrutura capaz de fabricar agrotóxicos (herbicidas, inseticidas, carrapaticidas) empregados nos processos produtivos de seus associados. Trata-se de um fato surpreendente, sobretudo se temos em mente que tal fato coincide com um período em que empresas gigantes, fabricantes destes e de outros pesticidas, já estavam em franca atuação em nosso país.

A Centralsul foi criada em 1980 como braço econômico das Federações das Cooperativas do Trigo do Rio Grande do Sul (Fecotrigo), uma estrutura de segundo grau do cooperativismo gaúcho erguida em 1958. Como bem descreve Benetti em sua obra:

Essa mudança de rumo da antiga FECOTRIGO poderá significar um marco decisivo na história do cooperativismo estadual. A centralização da comercialização, através da reunião das cooperativas singulares, suas federações e produtores, dedicados às mais diversas linhas de produção, assim como **uma política agressiva de fabricar insumos agropecuários e alimentos** podem ser início da formação de um gigantesco complexo agroindustrial que, como tal, disputará com mais força uma parcela do excedente gerado pelo sistema econômico como um todo (BENETTI, 1992, p.99; grifos nossos)

Por força do advento das tecnologias de modernização (adubos químicos, mecanização intensiva e uso de agrotóxicos) o país vivencia um espetacular incremento na produtividade dos cultivos e criações e, conseqüentemente, da produção agropecuária nacional, por meio do qual, alcança sucessivos superávits na balança comercial impulsionados por um ingente ingresso de divisas. Mas este surto de crescimento se interrompe bruscamente durante os anos 1970 e o Brasil mergulha numa nova crise econômica.

Os anos 1980 entraram para a história nacional como a chamada “década perdida” (EINLOFT, 1990). O país entra em recessão e enfrenta dificuldades no que tange ao pagamento dos juros da dívida externa. Some-se a isso o grande déficit fiscal e a crise inflacionária. A questão da dívida externa é o resultado da elevação das taxas imposta pelos grandes impérios do setor liderados pelo Fundo Monetário Internacional. Além disso, o período de redemocratização nacional se inicia na segunda metade dos anos 1980 em meio a um quadro em que as finanças públicas se apresentavam em situação dramática após 21 anos de ditadura militar.

No período compreendido entre os anos 1980 e 1994 o Brasil vive as agruras do que se veio a chamar “estagflação” (CURADO & CRUZ, 2012, p.281), qual seja, a nefasta associação entre estagnação econômica e hiperinflação. As medidas adotadas pelo governo federal incluem cortes radicais no volume de crédito rural e uma progressiva retirada das generosas subvenções concedidas ao setor agrícola no período correspondente às duas décadas precedentes (FURSTENAU, 1990, p.213).

O ciclo recessivo levou à quebra de grandes conglomerados cooperativos no país, a exemplo da Cooperativa Agrícola de Cotia. No Rio Grande do Sul a situação não foi distinta, tendo como exemplo mais rotundo o caso da Centralsul descrito por Benetti (1985; 1992), mas também de outras instituições do gênero<sup>4</sup> que vivenciam um processo de endividamento sem precedentes.

A crise do cooperativismo empresarial e a falência das chamadas multicooperativas (BENETTI, 1992) representam a despedida melancólica de um modelo econômico e o fechamento de um segundo ciclo do cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul. Tal cenário alimenta o ceticismo e a desconfiança dos produtores e da população, em geral, acerca das virtudes do cooperativismo como ferramenta de promoção do desenvolvimento econômico e social.

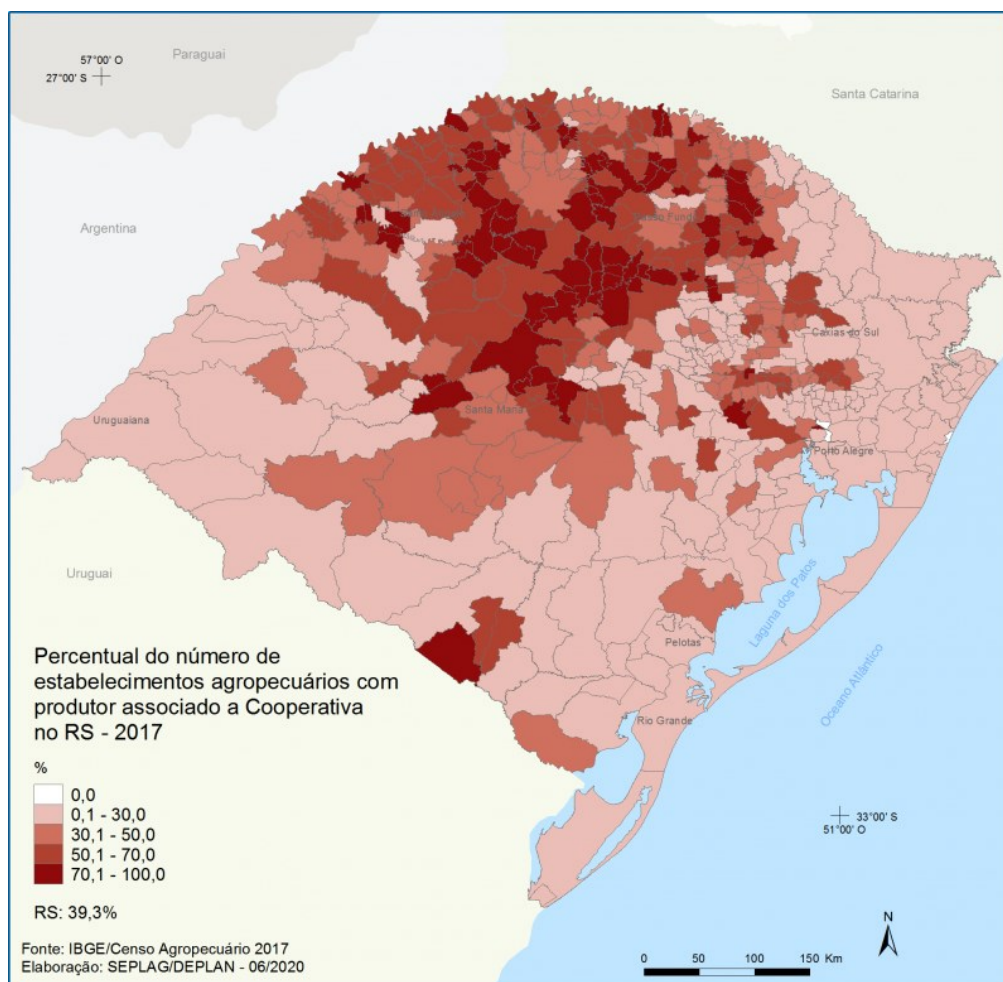
A pesquisa a que se refere este artigo volta-se a um padrão de cooperativismo que se mostra radicalmente antagônico ao que marcou a segunda fase do cooperativismo gaúcho aqui descrita. As diferenças, como posteriormente analisaremos, não decorrem do reduzido tamanho das cooperativas que fizeram parte de nosso estudo, mas das razões que ensejaram o seu surgimento. É mister afirmar que apesar dos fatos aqui relatados, o Rio Grande do Sul, segundo dados do último censo agropecuário (IBGE, 2017), ocupa o primeiro posto dentre todas as unidades federativas brasileiras do ponto de vista do percentual (39%) de estabelecimentos cujo titular era associado a algum tipo de instituição cooperativa.

Mas a face atual do cooperativismo gaúcho se mostra algo desigual dentro da geografia desta unidade federativa. Como mostra a Figura 1, os municípios do entorno de Pelotas, que correspondem ao recorte da pesquisa, se situam no estrato mais baixo em termos de percentual de produtores associados a instituições cooperativas (inferior a 30%). Destoa, portanto, das zonas setentrionais do estado onde o mesmo índice é igual ou superior a 70%. Há também que mencionar a situação da principal cooperativa da região (Cooperativa Sul de Laticínios), a qual atravessa, nas atuais circunstâncias, uma grave crise de insolvência que afeta a milhares de famílias rurais a ela associadas.

---

<sup>4</sup> Esse é o caso da Cooperativa Triticola Ijuí (Cotrijuí) e da Cooperativa Triticola Santo Ângelo (Cotrisa)

Figura 1 – Porcentual de estabelecimentos com produtor associado à cooperativa.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 2017)

### 3 AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO NA SUL DO BRASIL

Os dados do último censo agropecuário (2017) contabilizam uma superfície agrícola correspondente a 583 mil hectares no conjunto representado pelos municípios (Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu) que conformam o universo da pesquisa. Não obstante, 43,5% desse montante está em mãos do que se considera como agricultura familiar. A mesma fonte (Tabela 1) informa a existência de 15.049 estabelecimentos agropecuários nesse conjunto de localidades, sendo que 85,5% deles são de caráter familiar.

É uma região do estado historicamente marcada pelos projetos de colonização privada e oficial levados a cabo a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo mediante o assentamento de colonos de origem germânica, pomerana, italiana, portuguesa, etc., na região da Serra dos Tapes aludida anteriormente. Até meados dos anos 1970 esta forma de agricultura viveu seu auge, contribuindo decisivamente para que Pelotas se convertesse num importante e diversificado polo de produção agroalimentar. As indústrias fabricantes de conservas (pêssego, figo, abacaxi) se destacavam no cenário nacional. Até essa época ainda operavam diversas agroindústrias rurais que processavam a produção de frutas e legumes que havia no âmbito das colônias.



Tabela 1 – Distribuição dos estabelecimentos agrícolas dos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu – RS, de acordo com o tamanho e a natureza (familiar e não-familiar).

Municípios	Número de estabelecimentos		Total
	Familiares	Não-familiares	
Arroio do Padre	400	27	427
Canguçu	6.691	1.384	8.075
Morro Redondo	369	116	485
Pelotas	2.444	253	2.697
São Lourenço do Sul	3.334	516	3.850
Turuçu	333	39	372
Total	12.869	2.180	15.049

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017)

Todavia, durante os anos 1980 e 1990 há claros sinais de decadência desse padrão de desenvolvimento econômico com o fechamento de diversas indústrias de médio e grande porte. Muitas famílias abandonam a produção hortifrutícola para se dedicar à produção de tabaco sob o regime de integração vertical com as grandes empresas multinacionais deste setor.

As dificuldades vivenciadas pela agricultura familiar no extremo meridional do país são flagrantes, não somente diante de conhecidos *handicaps* desse segmento produtivo (dificuldade de acesso ao crédito agrícola, precariedade de infraestruturas produtivas, esgotamento dos solos, etc.), mas, especialmente, da escassez de políticas públicas capazes de criar condições mínimas para enfrentar um quadro que leva à inviabilização de centenas de explorações familiares.

Nessa pesquisa a mirada esteve posta sobre a realidade de pequenas unidades cooperativas cujo surgimento e atuação não podem ser compreendidos sem aludir ao ambiente institucional criado pelas políticas de segurança alimentar levadas a efeito pelo Estado na última década. Nesse plano há que destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, especialmente, as Compras Institucionais realizadas pelo projeto Restaurante-Escola da Universidade Federal de Pelotas (RE-UFPel), guindadas à condição de principal mercado consumidor da produção das cooperativas da agricultura familiar.

A Tabela 2 reúne dados das cinco cooperativas ofertantes de produtos para a UFPel. Duas delas operam no âmbito da produção orgânica (Sul Ecológica e União) e três no âmbito da produção convencional (CafSul, Coopamb, Coopap). Todavia, todas elas atendem aos mercados institucionais (MI), incluindo, além da UFPel, a merenda escolar no âmbito municipal e estadual, bem como refeitórios de unidades da Marinha e Exército no extremo sul gaúcho.

Tabela 2 – Perfil produtivo das cooperativas fornecedoras de produtos alimentares para o RE-UFPeL.

Cooperativa	Ano de criação	Sede	Nº Cooperados		Mercados institucional (MI) ou Privado (MP)
			2016	2020	
Produtores Agrícolas do Monte Bonito (Coopamb)	2008	Pelotas	63	77	MI: PNAE Municipal e Estadual; MP: Atacado e supermercado Elaboração de minimamente processados; Produção convencional (não-orgânica)
Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CafSul)	2009	Pelotas	372	550	MI: PNAE Municipal e Estadual, UFPel, Marinha, Exército Industrializam o pêssego (compota) Produção convencional (não-orgânica)
Agropecuária de Arroio do Padre (Coopap)	2011	Arroio do Padre	70	82	MI: PNAE Municipal e Estadual, PAA, UFPel, Marinha, Exército. Produção convencional (não-orgânica)
Sul Ecológica	2001	Pelotas	227	110	MI: PNAE Municipal e Estadual, PAA, UFPel, Marinha, Exército; MP: Supermercado Venda direta: Loja da Cooperativa, Cestas por assinatura e feiras Possui agroindústria de conservas vegetais Produção orgânica e certificada
União dos Agricultores Familiares de Canguçu (União)	2009	Canguçu	112	250	MI: PNAE Municipal e Estadual, PAA, PAA CONAB, UFPel, Marinha, Exército; Venda direta: sede da Cooperativa e Feira Agroindústria de beneficiamento de Grãos; Produção orgânica e certificada

Fonte: Elaboração dos autores a partir de diversas fontes, incluindo a UCP Emater (2020).

Algumas delas possuem agroindústrias de conservas vegetais, destacando-se o caso da Coopamb que elabora os semiprocessados (operações de limpeza, descasque, etc.) e da União que beneficia grãos, em ambos os casos entregues às cozinhas demandantes destes produtos. A CafSul possui também uma agroindústria fabricante de compotas de pêssego.

Embutidas dentro do Fome Zero, tais políticas significaram a possibilidade de conciliar o combate à fome e à insegurança alimentar com o imperativo da inclusão social, sobretudo ao eleger agricultores familiares e outros atores sociais (quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, etc.) como ofertantes de produtos alimentares para atender aos mais diversos públicos (escolas, creches, presídios, hospitais, etc.).

Desse modo os chamados mercados institucionais (MI) convertem-se numa forma de inovação social no sentido mais puro do termo, bem como num espaço de aprendizagem extremamente fecundo para os atores sociais envolvidos. Em última instância, tem-se aqui um espaço pequeno, mas profícuo, de reafirmação dos princípios basilares da filosofia cooperativista. Nada mais oportuno num país marcado pela desigualdade social, pelos desequilíbrios regionais e assimetrias entre campo e cidade.

Todavia, para os efeitos que persegue esse artigo científico, vale indagar: como se encontram atualmente posicionadas as cooperativas que operam no âmbito dos MI? Qual a avaliação que fazem os produtores e produtoras desde que passaram a operar tais programas? Quais as expectativas das cooperativas em relação ao futuro? Como tais organizações se

ajustam às dificuldades cotidianas? Oferecer respostas a estas questões é o objeto da próxima seção.

#### **4 COOPERATIVISMO, MERCADOS INSTITUCIONAIS E INCLUSÃO SOCIAL**

A criação de cooperativas torna-se um imperativo para o funcionamento dos mercados institucionais, não somente para que as famílias rurais se organizem para participar das chamadas públicas, mas especialmente para planejar a própria produção, distribuir tarefas, oferecer assistência técnica às famílias rurais e assegurar uma oferta regular e diversificada de produtos.

Ao realizar essa pesquisa partiu-se da premissa de que o surgimento das pequenas cooperativas e a ampliação das já existentes à época do surgimento dos mercados institucionais não podem ser compreendidos sem aludir à influência exercida por essas políticas públicas. O caso do Restaurante-Escola da Universidade Federal de Pelotas (RE-UFPel) é muito relevante sobretudo em função da dimensão que adquirem as compras da agricultura familiar<sup>5</sup> do ponto de vista dos volumes adquiridos e dos valores investidos.

Esse processo, no âmbito da UFPel, se inicia em 2006, mas foi a partir de 2013 que tal iniciativa ganhou um forte impulso, não somente em virtude do percentual alcançado, quando chegou a aproximadamente 80% de participação da agricultura familiar em 2017, mas pelo número de refeições servidas (aproximadamente 1,2 milhão ao ano) e do volume de recursos aplicados na região de influência da UFPel.

Para efeito de ilustração acerca da dimensão desse processo, transcrevemos aqui a relação de produtos constantes na Chamada Pública nº 001/2014 da Fundação de Apoio Universitário (FAU) da UFPel, onde constam nada menos que 72 produtos diferentes, como indicam os dados do Quadro 1. Trata-se de uma oferta extremamente ampla e diversificada, incluindo tanto produtos comuns, ou da agricultura convencional, como aqueles oriundos da produção orgânica, que exclui terminantemente o uso de agroquímicos.

Esta amplitude reflete não somente a busca de uma oferta qualificada por parte da organização dos refeitórios comandada, até então, pela FAU, mas também de uma estratégia que possibilitava a que as cooperativas eventualmente pudessem substituir produtos que estivessem em falta ou que realizassem ajustes quando a oferta fosse insuficiente.

---

<sup>5</sup> A legislação que instituiu os mercados institucionais apresenta alguns marcos que são fundamentais, entre os quais, a lei 10.696 que cria, no começo do primeiro mandato do presidente Lula da Silva (2003), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2009 surge a lei nº 11.947, através da qual, surge o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que obriga a que os gestores dos estados e municípios destinem ao menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de produtos da agricultura familiar em nível local ou regional. Além disso, é preciso mencionar o Decreto nº 8.473/15, de 22 de junho de 2015, que torna obrigatória a aquisição de alimentos de agricultores familiares e de suas organizações, de empreendedores familiares rurais e demais beneficiários, no percentual mínimo de 30% do total dos recursos recebidos para aquisição de gêneros alimentícios.

Quadro 1 – Relação de produtos constantes na Chamada Pública nº 001/2014 da Fundação de Apoio Universitário (FAU) da UFPel.

Abóbora japonesa comum	Alho porró	Brócolis comum	Chuchu	Feijão Amendoim	Louro	Pepino salada	Repolho roxo
Abóbora japonesa orgânica	Amendoim em casca	Brócolis orgânica	Chuchu orgânico	Feijão Carioca	Maça Eva ou Gala	Pepino orgânico	Repolho verde
Abobrinha italiana	Batata doce comum	Beterraba	Couve-flor comum	Feijão Preto	Manjerona	Pera	Repolho orgânico
Aipim comum	Batata doce orgânica	Beterraba orgânica	Couve	Feijão Orgânico	Melão	Pêssego	Rúcula
Alface crespa	Batata inglesa	Brócolis comum	Couve chinesa	Goiaba	Milho doce	Pimentão amarelo	Rúcula orgânica
Alface lisa	Bergamota	Brócolis orgânica	Couve orgânica	Hortelã	Milho pipoca	Pimentão verde	Tempero verde
Alface mimosa	Bergamota orgânica	Caqui	Ervilha	Laranja suco	Morango	Pimentão orgânico	Tempero verde orgânico
Alface orgânica	Berinjela	Cebola	Espinafre Comum	Laranja orgânica	Mostarda	Pimentão vermelho	Tomate orgânico
Alface Roxa	Beterraba	Cebola orgânica	Espinafre orgânico	Limão	Nabo	Rabanete	Vagem comum

Fonte: Silveira (2020).

A fala do responsável pela unidade de cooperativismo da agência oficial de extensão rural (Emater-RS) é bastante enfática ao relatar a situação de cooperativas cujo surgimento e ampliação no número de sócios estão diretamente atrelados ao atendimento dessa demanda. Esse é precisamente o caso da Coopap, durante o auge das compras da UFPel:

[...] a universidade eu acho que é crucial, né? Como que vou dizer pra ti? Por ela conseguir colocar esse processo de maneira mais científica, né, e menos, é... não só política né? Científica é isso, gera renda, tinha a cooperativa vinte sócios, com esse mercado hoje ela tem cento e cinquenta sócios, então incluiu mais tantas pessoas, ela tinha o faturamento de trinta mil reais por ano, ela tem o faturamento hoje de um milhão por ano.

O depoimento de um dirigente de cooperativa que já existia à época da aparição dos mercados institucionais converge para o mesmo entendimento. Trata-se da Cafsul, que se viu favorecida por ter onde escoar a produção de compotas de pêssego de seus associados, justamente num período em que as famílias viam-se diante de dificuldades causadas pela interrupção na compra desse produto por parte das grandes agroindústrias de Pelotas e região. Os programas em questão impulsionaram a edificação da agroindústria da Cafsul para processar uma produção que enfrentava dificuldades no que tange à comercialização:

[...] aí depois surgiu essa parte da indústria dispensar os produtores, e aí começou esse programa de PAA e PNAE, que foi que deu um grande avanço da cooperativa. E aí quando esses produtores não tiveram onde colocar o pêssego, a cooperativa conseguia colocar nesses programas institucionais do governo... foi que deu esse avanço, porque isso aqui mesmo não existia nada, nos primeiros tempos a gente se reunia ali na paróquia, aí depois que surgiu a possibilidade da gente trabalhar e adquiriu essa parte

com 2 ha de terra, aí a gente doou pra prefeitura de Pelotas e a prefeitura colocou esse prédio que a gente tá aqui.

Muitos estudos abordam a questão dos mercados institucionais a partir do aporte da teoria dos campos de Pierre Bourdieu (1980). Para esse sociólogo francês o campo há que ser compreendido como um espaço de lutas ou como uma arena marcada pela interação de agentes que ocupam diversas posições. No caso em tela o campo é constituído por representantes das cooperativas, dos entes públicos (UFPel, prefeituras municipais, etc.) e privados (organizações não-governamentais) que se articulam e veem-se diante da necessidade de construir pactos.

Dentro desse espaço a Emater-RS ocupa um lugar de destaque. É um órgão responsável por assessorar as cooperativas, planejar a produção e qualificar os processos, adequando tais instituições para satisfazerem as devidas exigências burocráticas. Fruto dessa aproximação surgiu a questão da intercooperação. Concretamente trata-se de um recurso, através do qual, as cooperativas se articulam no sentido de honrar as quantidades e qualidades requeridas pelos entes públicos. Concretamente, trata-se de trocar produtos com outras cooperativas com o fito de assegurar uma oferta diversificada.

Uma cooperativa que dispõe de excedentes de um dado produto agrícola cede-o para uma outra cooperativa para que não haja solução de continuidade no atendimento do que foi acordado no processo de contratação. Tal estratégia foi crucial para satisfazer a demanda da UFPel, cuja magnitude dos volumes adquiridos, crescia a cada nova Chamada Pública. Esse tipo de situação subverte a máxima de que sob o capitalismo os atores econômicos agem estritamente pela lógica da competição e dos interesses imediatos. Os dois depoimentos que evocamos aqui são bastante eloquentes para ilustrar esse fato. A primeira fala é do representante da cooperativa União, a segunda, de dirigente da Cooperativa Sul Ecológica:

[...] hoje só estamos na universidade e escolas estaduais pra prefeitura, também tem um acerto dentro das cooperativas da região da gente não entrar em Pelotas, que daí entra a Sul Ecológica, a CAFSul e a COOPAMB. [...]. Não, pra Sul [Ecológica] hoje a gente faz algum, a gente tem uma parceria de beneficiamento de produtos pra eles e já realizamos também a vender, de acontecer de falta algum produto pra eles e ali a gente fazer essa parceria, ou faltar pra nós e a gente adquire deles, então tem essa relação comercial, mais se faltar algum produto...

[...] nós tínhamos essa mediação, nós enquanto cooperativa nós não nos víamos como concorrentes, e sim tentávamos complementar pra que a UFPel comprasse maior número de produtos e o maior percentual de produtos da agricultura familiar, e até mesmo porque a gente é bem realista no sentido de que uma cooperativa não consegue atender a universidade, e no momento que a gente fazia esse consenso do que cada um teria pra entregar, e quais os períodos, era mais, era maior a chance de não dar problema. Ah, hoje a Cooperativa Sul Ecológica não tem alface essa semana, mas a Cafsul tem, Coopamb tem, a Coopap tem. Então fazia todo esse trabalho e lá no final da ponta a universidade recebia produto, e nós conseguíamos comercializar.

A garantia de compra da produção trouxe consigo desdobramentos importantes em diversas esferas. Merece registro o incentivo à realização de pequenos investimentos no âmbito dos estabelecimentos rurais, bem como dentro das próprias cooperativas. A fala de uma agricultora associada à Cooperativa União exemplifica, de forma cabal, esse aspecto. Essa renda segura ampliou os horizontes de uma jovem família de produtores:

A gente adquiriu pra trabalhar na horta um tratorzinho Tobata usado, mas que como não se trabalha pouco, a gente investiu 2 mil reais nele e só nós fossemos comprar

qualquer outro trator ia tá compactando a terra, e ia ser um gasto bem maior de 15-20 mil reais, foi o implemento que a gente comprou. Por enquanto, todo meu suor e do meu companheiro, vai na construção da casa, então, com certeza essa renda que entrou foi pra comprar algum material pra dentro da casa, a gente tá construindo a casa

Com relação às cooperativas o relato da dirigente da Cooperativa Sul Ecológica traduz, de forma magistral, os benefícios advindos dos mercados institucionais. Tal instituição sofreu um processo de requalificação que foi sendo posto em marcha em meio à relação construída com a coordenação do RE-UFPeL. Segundo suas próprias palavras:

[...] a gente lutou pra que as cooperativas atendessem, se adequassem, trabalhassem desde a padronização dos alimentos, tudo, todo um trabalho de muitos anos, e um trabalho a muitas mãos, por que nós tínhamos falhas, por que o agricultor estava acostumado pra um outro mercado, né, ela tinha suas características e depois a gente teve tudo que se qualificar pra entregar na UFPeL, e a M. [nome da responsável pelo RE-UFPeL] aprendeu com a gente também... Nós aprendemos com ela...

O segundo desdobramento envolve a construção de estruturas de beneficiamento e de agregação de valor à produção de seus respectivos associados, como assim destaca a dirigente da Cooperativa Sul Ecológica em seu depoimento:

Então a cooperativa legalizou sua agroindústria e daí através da agroindustrialização, do beneficiamento do produto... Reduz as perdas né? Então a gente tá pensando, e já tem uma linha de produtos que são o extrato de tomate, o molho de tomate, as geleias e conservas para que a gente consiga, através do beneficiamento do produto, escoar a produção do agricultor.

Os dois vetores – cooperativismo e mercados institucionais – se inserem dentro de um mesmo contexto político e socioeconômico, influenciando-se e reforçando-se reciprocamente. Assim se manifestou outro dirigente da Cooperativa Sul Ecológica sobre esse aspecto:

Então eu defendo, assim, bastante isso, um princípio de cooperativismo e associativismo acho que isso é, ainda é a forma dos pequenos conseguirem resistir, caso contrário, a gente vê assim muita dificuldade, no caso das pessoas que ficaram individuais... Hoje tão numa situação bem pior, tanto financeiramente quanto aquela coisa do convívio.

Os produtores implicados na dinâmica dos mercados institucionais reconhecem, em grande medida, as virtudes do associativismo, não apenas dentro desse contexto, mas como instituição mediadora que amplia os horizontes da agricultura familiar. A manifestação de uma jovem agricultora ilustra com muita propriedade essa afirmação. Em sua fala relata que a comercialização da produção de mel foi a razão inicial para ingressar na Coop. Sul Ecológica. Todavia, em virtude dessa filiação, teve ela a oportunidade de acessar o crédito fundiário e conquistar a própria terra:

[...] aí eu conheci a cooperativa Sul Ecológica e me associei nela pra comércio do mel. Aí me apaixonei por essa cooperativa que veio me fazer adquirir essa terra pelo crédito fundiário, vendo que era possível produzir e uma cooperativa comercializar, só que terminei me envolvendo cada vez com mais intensidade na cooperativa, e isso prejudicou um pouco, digamos em termo, a minha própria família por me envolver demais na cooperativa Sul Ecológica... Mas a origem dessa propriedade foi devido à cooperativa Sul Ecológica.

Os resultados alcançados pelos mercados institucionais são muito eloquentes, assim como o reconhecimento acerca do protagonismo das cooperativas em responder aos compromissos das Chamadas Públicas. Os recursos financeiros disponibilizados por seu intermédio ampliaram horizontes de centenas de famílias rurais e ajudaram a formar tecido social na área de influência da UFPel, onde antes ele era frágil ou, inclusive, inexistente.

Não obstante, o ciclo virtuoso foi interrompido em 2018, momento em que a UFPel decide terceirizar a gestão dos quatro refeitórios articulados em torno ao projeto Restaurante-Escola<sup>6</sup>. A pressão exercida pelo Tribunal de Contas da União fez com que a reitoria da UFPel renunciasse ao compromisso de manter a Fundação de Apoio Universitário como gestora do processo, assim como de seguir comprando os produtos das cooperativas da agricultura familiar.

Através da Tabela 3 se informa o volume de recursos investidos pela UFPel nas Chamadas Públicas que se sucederam entre os anos 2014 e 2018. Durante esse período, tal montante permaneceu na região, gerando riqueza e sem prejuízo à qualidade e quantidade das refeições servidas nos refeitórios.

Tabela 3 – Volume de recursos de Chamadas Públicas do RE-UFPel entre os anos 2014 e 2017.

Chamada Pública	Montante (R\$)
001/2014	661.266,68
001/2015	342.010,18
001/2016	890.747,92
002/2016	748.439,08
001/2017	610.060,22
<b>Total</b>	<b>3.252.524,08</b>

Fonte: Sacco dos Anjos & Caldas (2020, p.119-120).

Algumas iniciativas foram tomadas no sentido de construir um novo edital que obrigasse as duas empresas de catering vencedoras do processo licitatório a manterem um nível mínimo de aquisições. Não obstante, tais medidas se mostraram praticamente inócuas. Alguns depoimentos traduziram, de forma enfática, o desalento de nossos entrevistados sobre essa mudança. O presidente da Cooperativa União se manifestou nos seguintes termos:

[...] foi uma grande perda pra nós enquanto região, pra nós enquanto cooperativas, essa questão de terceirização do RE-UFPel, no nosso entendimento já tinha comentado ali contigo, que a universidade deveria de ter adotado uma outra metodologia, talvez mantendo as compras junto da universidade e terceirizando o serviço final, a prestação do serviço em si, que eu acho que a gente deve de ainda continuar no diálogo, num futuro pra que isso aconteça, mas também a gente vê riscos, teve perdas, tanto não só com a universidade, se tinha a CONAB que era uma grande parceira, que comprava muito do PAA aqui no RS, que hoje está restrito a 4 -5 projetos no estado com um valor muito reduzidos

A queda na qualidade das refeições servidas foi sentida pela comunidade universitária. Como bem frisaram nossos entrevistados, a lógica das empresas de catering não é gerar empregos, promover a inclusão social ou comprar a produção do município ou da região, mas

<sup>6</sup> O projeto Restaurante-Escola não era apenas um dispositivo para fornecer refeições à comunidade universitária, mas sobretudo um espaço de aprendizagem e formação para alunos de diferentes cursos e campos do conhecimento.

sim, gerar lucro. O resultado econômico almejado pelas empresas se dá via compra de insumos de onde quer que sejam, desde que tenham o preço mais baixo possível. Essa, infelizmente, é regra básica de órgãos de controle como o TCU, que não consegue ir além da esquizofrênica armadilha do critério do preço mínimo, uma lógica que invariavelmente sacrifica a qualidade do que se adquire em nome do preço mais acessível.

Entretantes, cabe registrar que no começo da última década, quando esse processo de compras institucionais começava a se ampliar, reinava um mito no sentido de considerar que as explorações familiares existentes na área de influência da UFPel não teriam capacidade de prover os diversos refeitórios, considerando tratar-se de uma população diária estimada em 6 mil comensais.

Esse mito foi rompido, assim como qualquer suspeição sobre a capacidade das famílias rurais de produzir com qualidade e de dar uma resposta efetiva aos requisitos constantes nas Chamadas Públicas. O dirigente da Cafsul resumiu o sentimento de lideranças das cooperativas acerca das virtudes dos mercados institucionais, bem como das preocupações sobre o futuro da produção agroalimentar em nosso país:

Eu acho que isso é um programa que foi muito bem pensado, pra manter o agricultor no campo, porque se nós não manter o agricultor no campo, existe um ditado ‘se a colônia não planta a cidade não janta’ e é bem por aí, porque se não tivesse esse programa pra ter uma segurança pro produtor vender, daí uns 10 anos nós vamos ter grande dificuldade de comida pro povo porque não vai ter quem produza, porque se o produtor não tiver um mercado certo, o produtor sabe produzir, mas ele não sai da porteira pra fora pra vender.

A criação dos mercados institucionais foi responsável por sentar as bases para um processo de organização das famílias rurais materializado na criação de pequenas cooperativas que asseguravam um fornecimento regular de frutas, legumes, grãos e conservas utilizados na elaboração de um número significativo de refeições pela Fundação da UFPel, então responsável pela gestão dos refeitórios. Todavia, se o futuro é incerto em relação às compras institucionais, o mesmo há que ser dito em relação às cooperativas que, nas atuais circunstâncias, veem-se diante do esforço de encontrar alternativas para escoar a própria produção e garantir a subsistência das famílias rurais cooperadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos seus primórdios (séc. XVIII) o cooperativismo era pensado como alternativa econômica às vicissitudes impostas pelo capitalismo industrial. O marco da primeira instituição do gênero (1844) foi uma cooperativa de consumo criada por 28 tecelões ingleses (27 homens e uma mulher) que, por seu intermédio, lograram assegurar a sobrevivência das próprias famílias através de compras coletivas de gêneros de primeira necessidade.

Guardadas as diferenças históricas e geográficas, foi também através dos mesmos princípios que surgiram, no interior do Rio Grande do Sul as primeiras experiências de cooperativismo no Brasil. Todavia, foi também nessa unidade federativa que vimos eclodir o que se veio a chamar-se “multicooperativas”, também denominadas cooperativas empresariais cujo agigantamento se deu a partir dos incentivos concedidos especialmente pelo regime



autoritário durante as décadas de 1960 e 1980, em pleno auge da modernização conservadora da agricultura brasileira.

A crise econômica dos anos 1980 levou ao colapso muitas das cooperativas cuja expansão estava totalmente atrelada aos generosos subsídios fiscais e creditícios concedidos pelo Estado. O caso da Centralsul mostra como uma instituição do gênero foi responsável por assumir a produção de adubos químicos e inclusive de agrotóxicos empregados pelos produtores que operavam no contexto do chamado binômio trigo-soja.

Destarte, o contexto sobre o qual nos debruçamos nesse artigo dista frontalmente dessa realidade. Nosso olhar se voltou para o caso de pequenas cooperativas cujo surgimento está totalmente atrelado à criação dos mercados institucionais. É através destes mercados que operam as compras realizadas por instituições (prefeituras, Exército, Marinha, universidades, etc.) que regularmente fornecem refeições aos seus públicos.

O caso do Restaurante-Escola da UFPel ocupou lugar de destaque não somente em virtude das quantidades adquiridas ao longo da década, mas pelo volume de recursos que circulou na região durante os últimos seis anos. As cooperativas já existentes à época da criação destes mercados arregimentaram novos sócios, os produtores investiram em seus estabelecimentos para ampliar a oferta. Tais instituições associativas aperfeiçoaram sua capacidade de produção e de agregação de valor aos produtos.

O êxito alcançado ao longo da década não foi capaz de fazer frente aos entraves burocráticos, às armadilhas impostas pelos órgãos de controle e à falta de compromisso da UFPel no sentido de preservar o que havia sido conquistado. A pressão exercida pelo Tribunal de Contas da União implodiu um modelo eficiente de aquisição de alimentos e interrompeu um virtuoso ciclo de inclusão social, até então visto como marco de referência e fonte inspiradora para o surgimento de experiências similares em outros pontos do país. A terceirização dos refeitórios atende aos rigores da lei, mas nem de longe pode ser vista como próxima da qualidade alcançada pelo regime que lhe antecedeu.

Todavia, fortes são os argumentos que obram a favor do cooperativismo como ferramenta para ampliar os horizontes das famílias rurais, promover a inclusão social e desencadear um processo de aprendizagem e inovação que fez com que as cooperativas trabalhassem em conjunto sob a batuta da unidade de cooperativismo coordenada pela agência estatal de extensão rural. Só o futuro dirá se tais instituições saberão se reinventar e ressurgirem como fênix de um cenário que se mostra plagado de desafios e incertezas.

## REFERÊNCIAS

BENETTI, M. D. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotriigo 1957/1980. Porto Alegre FEE, 1992

BENETTI, M. D. Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: análise do caso Fecotriigo/Centralsul - 1975-83. **Ensaio FEE**, v. 6, n.2, p.23-55,1985.

BOURDIEU, P. Quelques propriétés des champs. In: BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980, p.113-120.

BRASIL. **Lei 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010**. Institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto 8.473 de 22 de junho de 2015**. Estabelece no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm). Acesso: em 10 ago. 2020.

CORADINI, O. L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e soja. In: CORADINI, O.L.; FREDERICQ, A. (orgs.). **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.11-89.

CURADO, M.; CRUZ, M. Investimento direto externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 275-300, 2012.

EINLOFT, C. Produção animal: os (des) caminhos de uma década. In: A economia gaúcha nos anos 80. In: ALMEIDA, P. F. C. (Org). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990, p.241-310.

FÜRSTENAU, V. A lavoura de grãos na década de 80: a busca de eficiência. In: ALMEIDA, P. F. C. (Org). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990, p.207-240.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Busca?q=p%C3%AAssego>. Acesso em: 21 ago. 2020.

LECLERC, V. Crises e perspectivas da economia da soja no Brasil – 1980. In: BENETTI, M.D.; FRANTZ, T.R.(Orgs). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS – 1957-84**. Porto Alegre: FEE, 1988, p.231-262.

MEDEIROS, N. H. **A competição schumpeteriana e a organização cooperativa: o caso da “COCAMAR”**. São Paulo, 1995. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Departamento de Economia, 1995.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O direito à alimentação como expressão do direito à vida: podem falar os subalternos? **Expressa Extensão**, v. 25, p. 113-126, 2020.

SILVEIRA, D.F. **Agricultura familiar, mercados institucionais e inclusão social**: o caso do Restaurante Universitário da UFPel, 2020. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, 2020.

SOUZA, M. M. O. O movimento cooperativista no Brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Caminhos de Geografia** (UFU), v. 10, p. 65-78, 2009.

TAMBARÁ, E. **RS: Modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.